

Na mira de três prefeitos

Categories : [Reportagens](#)

As restingas alagadas são cada vez mais raras no estado do Rio de Janeiro. E no que depender de politicagem, burocracia, demora e conflito de interesses, elas são capazes de desaparecer. Esses problemas caricatos de repartições públicas no Brasil impedem há oito anos a liberação do plano de manejo do Parque Nacional Reserva de Jurubatiba, o único no planeta destinado exclusivamente à proteção desse tipo de restinga. Enquanto a unidade de conservação não sai do papel, a visitação permanece proibida. O objetivo é impedir que a população transforme este pequeno paraíso em área de lazer e moradia.

São mais de quatorze mil hectares de parque entre os municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã, no norte fluminense. Dentro, há 44 quilômetros de praia deserta e 18 lagoas ideais para banho e repletas de espécies de peixes, algumas têm água salinizada e baixíssimo nível de poluição. Segundo uma pesquisa realizada na região, existe espelho d'água livre de coliformes fecais.

Os bichos reconhecem a qualidade de vida do parque. Aves migratórias (*foto ao lado*) o transformaram em parada obrigatória e espécies que já estiveram ameaçadas de extinção, como a lontra e o jacaré-de-papo-amarelo, o usam como refúgio. “Já foi encontrada em Jurubatiba uma espécie nativa de crustáceo que nunca se viu em outra lagoa do Brasil. Aqui mora também um tipo de lagarto colorido (*foto abaixo*) que está altamente ameaçado, pois só sobrevive em áreas de restinga”, conta Marcos César dos Santos, biólogo e funcionário do Ibama no parque.

Vizinhança

A porta de entrada para o parque e a sede do Ibama ficam no município de Macaé, que tem suas praias ocupadas por favelas e comércio - com total anuência da prefeitura. O resultado são águas poluídas, restingas e outros tipos de vegetações costeiras destruídas. A área da Jurubatiba certamente teria sofrido processo de degradação semelhante se não fosse pelo instituto de biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que criou o [Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé \(NUPEM\)](#).

No início dos anos 80, a área da reserva era usada para pesquisas de campo do Núcleo, mas

encontrava-se bastante degradada, principalmente por causa da drenagem de grande parte das lagoas para pastagem. Em 1983, com a entrada da Petrobrás e da exploração de petróleo em Macaé, o NUPEM percebeu que o município estava a ponto de sofrer uma exploração demográfica e decidiu aumentar a presença na área para impedir que toda a restinga fosse tomada.

Francisco Assis Esteves, professor e pesquisador do Núcleo, esteve à frente do processo por busca de apoio para a criação da unidade de conservação. E conta que o que realmente salvou a região foi um caso de amor. Na época, Ricardo Soavinski, então diretor do Ibama, apaixonou-se por uma aluna do NUPEM e passou a freqüentar Macaé e a ouvir de perto as reivindicações pela criação do parque. Com o seu apoio, surgiu a perspectiva da assinatura de um decreto. Mas os fazendeiros se revoltaram ao saber do risco de perderem sua área de pasto e obtiveram apoio da prefeitura, que não queria ceder uma área tão valiosa para o mercado imobiliário.

O impasse só chegou a um fim em 1998, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Parque Nacional Reserva de Jurubatiba. “O que realmente ajudou foi a participação da imprensa. Duas matérias no Jornal Nacional e uma na Veja foram suficiente para mobilizar a opinião pública para o nosso lado”, conta Esteves.

Apesar da vitória, o parque não deixou de ser alvo de conflitos de interesse. O mapa de Jurubatiba se intercala, justo na parte litorânea, com áreas ocupadas e que, por isso, foram excluídas de seus limites. São pequenas comunidades que existiam ali anteriormente à sua criação e, como as famílias nunca foram indenizadas, não deixaram suas casas. Resultado: cresce a ocupação irregular na região.

Três comunidades ficam às margens de lagoas e têm status de balneário. Aguardam a finalização do plano de manejo e a abertura da reserva ao turismo para se firmarem como aldeias turísticas. Ao mesmo tempo, jogam esgoto nas lagoas e no mar, constroem irregularmente à beira d’água e servem de fácil acesso para qualquer um que queira usufruir de Jurubatiba sem autorização.

Além das comunidades, existem fazendas que ganharam o direito de manter sua plantação e não serem incomodadas dentro do parque. O dono de uma delas financiou a campanha do prefeito de Macaé na época da decisão. Quem também nunca precisou abandonar sua casa no parque foi Edinho Sem-Camisa. Morreu sem revelar seu nome verdadeiro e dizem as más línguas que se tratava de um perigoso pistoleiro da região. Mas boatos à parte, o fato é que Edinho não gostava de receber visitas e proibia que qualquer um pescasse na lagoa que fica em frente a sua velha casa, (foto abaixo) hoje ocupada por seu filho. Esta lagoa é uma das mais preservadas do parque.

Pressão

A unidade de conservação também sofre pressão de cidadãos abastados que tentam a todo custo se apropriar de um cantinho do refúgio. Um breve passeio de carro é suficiente para encontrar uma casa já com as paredes erguidas em meio à vegetação e outra, logo à frente, recentemente embargada pelo Ibama. Além da expansão imobiliária, não é raro encontrar quem se aproveite de um dia de sol para um mergulho nas lagoas, ainda que isto não seja permitido. O problema não é tanto o banho, mas a pesca, que é proibida em qualquer lagoa e que geralmente acompanha o programa dos intrusos.

Quem tem fazenda nas redondezas, aproveita o espaço para soltar o gado. Livre, o boi come tudo o que vê pela frente. Quem também não encontra obstáculo para suas atividades são os moradores das comunidades, que fazem fogo sem atentar para o perigo das grandes queimadas. Brigadistas são contratados pelo Ibama todos os anos para ajudar a conter os inúmeros focos que lambem parte da vegetação do parque nos meses mais secos.

Mas os principais inimigos de Jurubatiba são os prefeitos de Macaé (Riverton Mussi -PSDB), Carapebus (Rubem Vicente - PMDB) e Quissamã (Armando Cunha Carneiro da Silva - PSC), que declararam ser terminantemente contra a existência do parque. Eles incentivam construções de casas às margens da praia. A briga entre Ibama e prefeitura se estende. "Num sábado desses qualquer, fui dar uma volta próximo ao parque quando vejo as escavadeiras da prefeitura derrubando árvores. Eles iam começar a construir casas lá dentro sem nem sequer consultar o Ibama", revela o chefe do parque, Eduardo Jalles Jardim. Ele e mais dois funcionários são responsáveis por proteger e administrar Jurubatiba, mas geralmente falta recursos para encher o tanque dos dois carros que a sede possui. O resultado é que as fiscalizações são menos freqüentes do que o necessário.

"Proteger o meio ambiente não dá voto por aqui. Por sorte, temos muita gente legal que defende o parque, mas o que precisamos mesmo é de mais funcionários, mais carros de fiscalização e, de preferência, uma sede que fique dentro do parque para tornar o controle mais efetivo", reclama Marcos César.

Mas toda a verba que seria destinada ao parque continua presa no Ibama em Brasília,

aguardando o término do plano de manejo. “O processo está em seu andamento normal, que infelizmente é lento e burocrático”, diz Esteves. Desde o começo do ano, a sede do parque recebeu pouco mais de R\$1.500 por mês para todas as suas despesas. E o dinheiro para os meses futuros não está garantido, depende do Ibama ter ou não verba. “Acho que o maior problema de Jurubatiba é a ausência do Ibama, que não destina os recursos. Com o que se tem por aqui, não dá para preservar o parque”, conclui Esteves.